



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

**ATA DA 7ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS**

1 No vigésimo primeiro dia do mês de maio de 2015, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida  
2 Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de  
3 pauta: **1º) Atas (Plen. Ord. 5ª de 23-04 e 6ª de 07-05-15) e Expedientes; 2º) Documento**  
4 **Orientador e Metodologia da 7ª Conferência Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul; 3º)**  
5 **Apresentação do Projeto Telessaúde/RS Professor da UFRGS e Coordenador do Projeto**  
6 **Telessaúde Erno Harzhein. Titulares:** João de Deus, Zilá Cohen, Viviane Menezes, Alexandra  
7 Ximendes, Odil Gomes, Camila Jacques, Ana Albernaz, Mario Reis, Juliano Wingert, Adão  
8 Zanandrea, José Hélio, Claudio Augustin, Ana Valls, Eni Bahia, Sofia Pinheiro, Eder Silva, Sandra  
9 Leon, Carolina Gyenes, Célia Chaves. **Suplentes:** Paula Fortunati, Fernanda Marques, Tatiane  
10 Adamski, Maria Elis, Mara Soeiro, Denise da Silva, Ivanir dos Santos, Ronaldo Bordin, Sandra  
11 Schmidt. Cláudio abre a plenária informando que a Célia não está presente porque ela está dando  
12 uma entrevista, e que ela pode comparecer mais tarde. Cláudio fala os pontos de pauta da plenária, e  
13 diz que vão fazer relatos de comissões e outros informes na pauta da conferência. Ana Valls  
14 pergunta se algum conselheiro tem alguma correção na ata da 5º plenária, sem nenhuma proposta de  
15 correção, ela põe a ata em votação, a mesma foi aprovada por unanimidade pela plenária. Ela sugere  
16 uma correção na ata da 6º plenária, na linha 15 diz " a mesma foi aprovada sem contras", ela sugere  
17 tirar as palavras "sem contras" e botar "aprovada pela plenária com duas abstenções", para não gerar  
18 um desentendimento. Ela põe em votação a ata, a mesma foi aprovada com uma abstenção. Em  
19 expedientes, ela apresenta a nova representação do SIMERS, que agora tem como conselheira  
20 titular, a doutora Maria Rita de Assis Brasil, e como conselheira suplente, a advogada Denise da  
21 Silva Teixeira. Ela diz que chegou uma readequação de indicação das representações da Secretária  
22 Estadual de Saúde, que passam a ser titulares do CES pela Secretaria Estadual de Saúde, Alexandre  
23 Paulo Machado de Brito, Aglaé Regina da Silva e Francisco Antônio Zancan Paz, e que os suplentes  
24 indicados são Elson Farias, Teresinha Cardoso e Denise Jornada Braga. Ela diz que chegaram dois  
25 convites, e uma informação sobre uma moção de repúdio. O primeiro convite é do conselho  
26 regional de nutricionistas, que convida para a inauguração da delegacia do conselho regional de  
27 nutrição em Santa Maria, no dia 29 de maio as 14 horas na Alameda Montevideo, sala 404. O outro  
28 convite é do presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa para  
29 audiência pública no dia 25 de maio, as 14 horas na Câmara Municipal de Santo Antônio da  
30 Patrulha, para debater o tema da situação dos hospitais do litoral norte. Ela diz que o fórum gaúcho  
31 de combate ao impacto dos agrotóxicos, encaminhou para o deputado estadual Edison Brum,  
32 presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, um repúdio ao projeto de lei estadual  
33 nº 32/2015, que elimina qualquer distancia entre depósito de agrotóxicos e residências, ela diz que  
34 esse projeto de lei atende os interesses daqueles que estão irregulares perante a lei dos agrotóxicos  
35 do RS. Ela propõe que o CES faça o mesmo, e que mande a mesma nota de repúdio contra esse  
36 projeto de lei. Ela lê a nota para a plenária, depois põe em votação o encaminhamento da nota para  
37 o deputado estadual em nome do CES, a mesma foi aprovada por unanimidade pela plenária.  
38 Cláudio passa para o próximo ponto de pauta relato das comissões. João de Deus diz que pretende  
39 estar nessa reunião que a Ana Valls informou, ele diz que o hospital de Tramandaí está com  
40 problemas, e diz que é importante que todos os conselheiros compareçam nessa reunião. Ronaldo  
41 relembra que há três anos se tentou fazer um curso de especialização de gestão em saúde a  
42 distancia, ele diz que terça-feira se encerrou a apresentação dos trabalhos de conclusão, e que

43 tiveram 320 alunos em 9 polos no RS, e que 83 desses alunos apresentaram seus trabalhos de  
44 conclusão. Ele diz que foi solicitada uma nova edição para 2016, dessa vez contemplando os polos  
45 próximos da região metropolitana, mas mantendo as cidades de fronteira, que são particularidade  
46 dentro do projeto e da gestão de saúde nacional. Ele diz que na próxima semana começam as  
47 apresentações dos trabalhos dos cursos de especialização em gestão pública, e municipal que foram  
48 mais de 600 alunos, ele diz que ano que vem vão tentar replicar 10 polos pelo interior só em gestão  
49 pública, e diz que esperam preencher 700 vagas. Odil diz que nesta quarta, esteve na Assembleia  
50 representando o conselho, e que foi discutido a respeito da dengue, ele diz que está sendo elaborado  
51 um projeto para que o problema da dengue não resida simplesmente na época do verão, ele diz que  
52 esse projeto tem que ser permanente, e que teve uma proposta de que se faça um trabalho  
53 elaborando uma cartinha para as escolas, e que isso seja uma consciência e não uma caçada de  
54 mosquitos. Ele diz que uma das falas dele na assembleia foi de que saúde pública é que nem um  
55 incêndio, se medidas de precauções não são tomadas, pode acontecer um grande incêndio difícil de  
56 apagar, ele diz que estão com um Estado apagando um incêndio na questão da dengue, e que as  
57 pessoas não estão se dando conta da gravidade da situação. Ele diz que esteve em uma audiência  
58 pública, e que discutiu com um conselheiro sobre as grandes empresas de comunicação, e de que  
59 não se faz nada para obrigar essas empresas a darem ao SUS um espaço mais elaborado, e diz que  
60 tem uma ladroagem muito grande em cima do SUS, e que precisam trabalhar juntos, para que eles  
61 não façam seus conselhos municipais ao seu governo e com propostas que não tem nada a ver com  
62 o SUS. Sandra diz que esteve no Mental Tchê, representando o CES, ela diz que a Secretaria  
63 Estadual de Saúde impediu os usuários dos serviços residenciais terapêuticos e do grupo de teatro  
64 Nau da Liberdade, de participarem do evento. Ela diz que esse evento e esse tipo de atividade é  
65 muito importante para os olhos da saúde mental, e que é um momento único para os usuários, e que  
66 nunca tiveram problemas desse tipo. Ela diz que isso que aconteceu foi um fato político, eles foram  
67 considerados incapazes de se deslocar, mas depois foram liberados para participar de outros dois  
68 eventos. Ela diz que retomarão a discussão sobre esse fato em alguma futura plenária com os  
69 demais conselheiros, ela diz que trouxe uma moção de repúdio, ela lê a moção para a plenária, ela  
70 pede para ser discutida e aprovada pela plenária. Ana Valls põe em votação a aprovação da moção  
71 de repúdio, a mesma foi aprovada com um voto contra. Sandra faz um relato sobre a comissão de  
72 educação permanente, ela faz um convite para os novos conselheiros para participarem de uma  
73 reunião ampliada da comissão de educação permanente na próxima terça-feira às 10 horas da manhã  
74 no conselho, para fazerem um diálogo sobre controle social. Lotario diz que ainda estão integrado  
75 dentro dos movimentos sociais, e que teve um grupo deles em Brasília mobilizando as reformas  
76 políticas no país, ele diz que devem apresentar uma proposta de reforma política aprofundando  
77 melhor o tipo de política eles querem. Ele diz que ficou um pouco angustiado em relação a moção  
78 na questão dos agrotóxicos, ele diz que na sua região tem de 3 mil a 4 mil agricultores com  
79 diagnóstico do câncer por causa dos agrotóxicos, ele diz que deveriam ter conversado sobre essa lei,  
80 pois segundo ele todas as agropecuárias que estão vendendo veneno, vão poder manter dentro da  
81 loja deles, ele diz que podem reagir a esse fato, se levarem esse assunto nas conferências. Ele relata  
82 que nessa semana tiveram dois óbitos no seu município, que o mais preocupante é que nenhum  
83 médico quer dar o diagnóstico da real causa das mortes, por medo de reações. Ele diz que o uso dos  
84 agrotóxicos só aumentou. Ana Valls acrescenta na fala do Lotario, que somente 2% das intoxicações  
85 por agrotóxicos são notificadas, e que é crime quando um médico não notifica doenças ou agravos  
86 de notificação, e que não precisa ser uma notificação concreta, deve ser notificado mesmo se for  
87 uma suspeita para poder ser investigado. Ela diz que a falta de notificação e a falta de cumprimento  
88 desse artigo do código penal, precisa de um diálogo maior na fiscalização profissional, ela diz que  
89 os agrônomos não tem a obrigação de notificar, mas tem a obrigação de dar a orientação correta e a  
90 receita correta, e que eles não podem assinar várias receitas e deixar no local de venda de veneno.  
91 Ela diz que há uma necessidade de uma melhor fiscalização no exercício profissional, e que os  
92 maus profissionais precisam ser revistos. José Hélio diz que a agronomia deveria participar dessa  
93 discussão, por que a saúde é uma responsabilidade do agrônomo. Cláudio disse que na semana  
94 passada teve uma audiência pública sobre saúde do trabalhador, segundo ele foi uma audiência com

95 muita importância na representação política na mesa, e segundo ele, com uma representação ampla  
96 e com muitas discussões ricas. Ele diz que como resultado dessa reunião, foi proposto pelo  
97 deputado Valdeci, que fosse criado um grupo de trabalho pelos membros da mesa, para fazer um  
98 seminário sobre saúde do trabalhador, para encaminhar não só as questões voltadas para o Estado  
99 em si, mas também para a população em geral, ele diz que resta aguardar pela convocação dessa  
100 reunião para organizar o seminário, e avançar na discussão da saúde do trabalhador. Ele diz que  
101 semana passada, esteve em um seminário em Santa Cruz organizado pelo CS da região, também  
102 tratando sobre a saúde do trabalhador. Cláudio passa para o tema das conferências, ele diz que a  
103 comissão de organização tinha pautado o documento orientador para hoje, e que ele está sendo  
104 construído de forma coletiva. Ele diz que construíram o documento orientador em cima de  
105 propostas, e decidiram trabalhar a metodologia da conferência Estadual e Municipal, se adequando  
106 as orientações da Nacional, ele diz que discutirão esse documento orientador na próxima semana  
107 em uma plenária Extraordinária. Ele propõe que aprovem o documento metodológico e mudarem o  
108 regimento interno nessa plenária, para possibilitar os municípios de fazerem suas conferências com  
109 a metodologia adequada. Ele sugere fazer uma leitura da proposta de alteração do regimento, e pede  
110 para ser interrompido se algum conselheiro tiver dúvida. Ele faz uma leitura do artigo 4º e do artigo  
111 5º, e aponta as principais mudanças. Cláudio põe em votação a aprovação de uma das mudanças no  
112 artigo 4º, a mesma foi aprovada por unanimidade. Ana Valls faz uma continuação na leitura do  
113 Cláudio, na parte de artigos que ainda não estão numerados, apontando mudanças e ela lê o artigo  
114 dizendo que o relatório final da etapa municipal que vai ser encaminhado para a comissão  
115 organizadora da etapa estadual, deve conter uma diretriz para cada um dos nove eixos temáticos, e  
116 até cinco propostas por diretriz aprovada na plenária final da etapa municipal. Cláudio abre uma  
117 discussão nesse artigo, ele diz que baseado nisso, o número total de propostas que todos os  
118 municípios mandarão pode chegar perto de 22 mil, ele diz que podem discutir sobre diminuir o  
119 número de propostas, mas sugere deixar assim como está e garante que não é possível aumentar o  
120 número de propostas. Ana Valls diz que estão trabalhando com nove eixos, mas que na verdade a  
121 conferência nacional trabalha com 8 eixos, ela propõe colocar que o primeiro eixo é transversal e  
122 deveria ser pauta de todos os grupos de trabalho. Cláudio diz que esses eixos vem para o Estado, e  
123 que para a Nacional é o Estado que vai decidir e não o município, e que o item de situação de saúde  
124 fica no Estado. Ele introduz uma questão que não está na proposta, de limitar o número de  
125 propostas em que vão aprovar para o Estado e para região, que segundo ele seria o correto. Ele diz  
126 que terão que resolver duas questões, a primeira é de quantas propostas vem do município, se eles  
127 continuam com cinco ou se reduzirão esse número. Debora da opinião de que a etapa municipal não  
128 deva encaminhar diretriz, e sim propostas, segundo ela isso facilita o trabalho dos conselheiros para  
129 etapa Estadual. Ela diz que as etapas municipais do Estado deveriam encaminhar de cinco até dez  
130 propostas por eixo. Cláudio concorda com a ideia da Debora, e que aumentando para dez propostas  
131 por eixo, e sem diretrizes, eles mesmo fazem essa divisão que facilita o trabalho. Ana Valls diz que  
132 se chegar uma proposta de 400 municípios ela vai ser considerada Estadual, ela diz que o Estado  
133 não pode virar as costas para a atenção básica, que é uma preocupação dos municípios, mas que é  
134 uma preocupação que tem que ser considerada pelo Estado. Cláudio diz que hoje a atenção básica é  
135 responsabilidade do município, e que não impede que seja financiado e tenha políticas estaduais e  
136 nacionais. Ana Valls diz que o ideal seria que o município mandasse uma proposta que deveria  
137 servir para todo o Estado. Cláudio diz que vão fazer uma sistematização, que vai ser mandada de  
138 volta com tempo hábil para todos questionarem as propostas. João de Deus diz que acha a proposta  
139 muito boa. Ele fala que o grande problema como Estado é fazer uma sistematização, e diz que está  
140 preocupado com a sistematização do Estado, e de quantas virão. Cláudio propõe tirar diretriz, e  
141 botar cinco propostas por eixo Nacional e Estadual, e com isso vão mudar de 22 mil propostas para  
142 40 mil. Ana Valls diz que é só esse número menor que vai pro nacional, e que o resto vão aprovar  
143 para o Estado. Ela diz que o mais apropriado seria se chegassem a colocar diretriz, por que a diretriz  
144 é exatamente aquilo que vai em uma política, e escolher a melhor diretriz dentro de um determinado  
145 eixo. Ele diz que defende a questão das diretrizes, mas entende que entende suas dificuldades, ela  
146 diz poderiam diminuir as propostas, mas mantendo as diretrizes. Debora diz que a sistematização de

147 propostas não vai só reproduzir as diretrizes dos municípios, ela vai dar uma diretriz da política  
148 colocada nas propostas, e não a redação do município. Cláudio acha que não é nem o Estado que  
149 tem que definir a diretriz, e sim a nação. Ele diz que é radicalmente contra a proposta meteorologia  
150 da Conferência Nacional, por que o que a nacional chama de diretriz já está na constituição federal  
151 brasileira, e que segundo ele não é necessário colocar em uma Conferência Nacional, e que é  
152 desnecessário gastar milhões e mobilizar milhares de pessoas para definir o que já está definido.  
153 Ana Valls diz que hoje no Brasil, está sendo discutido uma nova constituinte, ela diz que a  
154 constituição está sendo mexida todos os dias, e que as pessoas não estão se dando conta, e que com  
155 o SUS está acontecendo a mesma coisa. Ela diz que é necessário reforçar qual é o rumo que  
156 escolheram e que querem continuar, e que a conferência é para isso. Adão diz que se constroem o  
157 SUS, definindo as diretrizes e metas, essa discussão vai trazer o que segundo ele, já deveria ter sido  
158 abordado faz tempo, avaliar o que está dando certo e mostrar caminhos para o que não está. Cláudio  
159 relembra que estão discutindo a metodologia da conferência, e pede para não desfocarem do  
160 assunto. Ele volta para a questão, e pergunta se vão exigir diretrizes e propostas do município ou  
161 não, e pergunta se algum conselheiro tem outra proposta. Alexandra diz que infelizmente concorda  
162 que existe uma dificuldade e empobrecimento nas questões em função das conferências. Ela diz que  
163 fica pensando se tirarem a possibilidade das pessoas de entenderem a diferença entre uma diretriz e  
164 uma proposta, vai se reforçar o não exercício dessa questão. Ela diz que talvez deversem trabalhar  
165 com o meio termo, não com a obrigatoriedade de diretriz e proposta, mas com a possibilidade de  
166 que os municípios encaminhassem as diretrizes, entendendo que a comissão de sistematização a  
167 partir do regimento tem a possibilidade de deslocar as propostas e também as diretrizes caso elas  
168 sejam mal colocadas, e entendendo como propostas. Célia já presente na plenária, diz que isso foi  
169 discutido de manha, ela diz que tem duas coisas que estão colocadas na plenária, e que estão  
170 confundindo os conselheiros, uma é que o que ela acha que a Ana está querendo defender é a  
171 essência da palavra diretriz, ela diz que quem conhece o SUS, sabe que se usa o termo diretriz com  
172 um sentido de ser algo que tem que ser respeitado e ser seguido com propriedade e conteúdo, e diz  
173 que essa palavra vem sendo usado na conferência com um sentido banalizado e mais direto, apenas  
174 como um conjunto de frases que reúne ideias e nada mais, e fala que não devem misturar esses dois  
175 sentidos. Ela diz que o outro problema é o operacional, que diretriz na conferência é um conjunto de  
176 frases que resumem uma ideia, e que são milhares de frases para serem avaliadas, que não podem  
177 avaliar essas diretrizes com a mesma profundidade que é elaborada no SUS, segundo ela isso daria  
178 muito trabalho, e que a real importância está nas propostas e não nas diretrizes. Cláudio faz uma  
179 proposta com base na fala da Alexandra, ele propõe cinco propostas e deixar a diretriz de um modo  
180 genérico e cada município faz ao seu modo. Ele põe em votação duas propostas de mudança, a  
181 primeira é de cinco propostas por eixo e a segunda é de cinco diretrizes ou propostas por eixo. Na  
182 primeira proposta, quatorze conselheiros votaram a favor, na segunda, oito conselheiros votaram a  
183 favor. Ele diz que o artigo será refeito com mudança aprovada. Ana Valls continua a leitura agora na  
184 etapa Estadual, ela lê os outros artigos e aponta as suas mudanças. Cláudio lê os outros artigos, e  
185 permite aos conselheiros interromperem em caso de dúvidas, ele aponta uma mudança em um artigo  
186 devido a alteração aprovada na plenária na etapa municipal. Célia diz que estão se preocupando  
187 demais com as diretrizes, ela diz que se vão dar ao conjunto de relatores a atribuição de fazer a  
188 sistematização das propostas, todos terão que ter confiança na capacidade dessas pessoas. Ela diz  
189 que se a preocupação é diretriz, deveriam ter sido tiradas propostas e utilizar somente diretriz, por  
190 que se a diretriz está pendurada a propostas, ela não tem o carácter de diretriz que geralmente tem, é  
191 apenas uma frase de resumo. Alexandra diz que diretriz é importante para política, ela diz que a  
192 conferência é um processo de construção popular, e que estão assumindo no conselho que vão fazer  
193 a diretriz a partir da sistematização das propostas, e acha que defender ou não essa proposta não é  
194 uma questão de desconfiança com quem vai sistematizar. João de Deus diz que virão uma série de  
195 propostas, que serão aprovadas na plenária, e que todos tem que votar nas diretrizes tiradas a partir  
196 da sistematização nessa última plenária da conferência. Cláudio sugere botar uma redação bem  
197 concreta no regimento, ele lê a redação, que na etapa Estadual não serão acatadas diretrizes ou  
198 propostas novas, mas será permitida a supressão parcial e a fusão de diretrizes e propostas, ele

199 propõe mudar o começo dessa redação, dizendo que não caberão diretrizes e propostas, distinta no  
200 relatório da etapa municipal, ele diz que com essa mudança não são as propostas e diretrizes dos  
201 municípios que estarão em discussão na Conferência Estadual, e sim o resultado da sistematização.  
202 Ele lê os outros artigos, e diz que estão praticamente iguais apenas com algumas palavras mudadas.  
203 Ele termina a apresentação e põe em votação as mudanças feitas na metodologia, foi aprovada por  
204 unanimidade. Célia volta para a mesa e passa para o último ponto de pauta, ela chama o professor  
205 Erno, para fazer sua apresentação sobre o projeto Telessaúde/RS. Erno faz sua apresentação,  
206 mostrando os principais objetivos, mostrando também que utilizarão dois meios de comunicação  
207 muito utilizados pela população, a internet e ligações por celular, ele mostra também os progressos  
208 que esse projeto teve no decorrer do seu período de atividade. Após a apresentação, Erno se dispõe  
209 a responder qualquer pergunta dos conselheiros. Zilá pergunta se esse projeto atende a saúde  
210 mental. Erno diz que tem profissionais que tem uma formação generalista de atuação em saúde  
211 mental, ele diz que não tem nenhuma restrição, e se algum problema surgir, o projeto pode buscar  
212 orientação e respostas no Hospital de Clínicas. José Hélio pergunta se o PET Saúde esta envolvido  
213 nesse projeto, segundo ele não estava mostrando na apresentação, diz que todo esse processo é do  
214 interior e não de Porto Alegre. João de Deus gostaria de saber como é a equipe, e pede uma  
215 explicação melhor sobre os profissionais desse projeto. Odil elogia o projeto, e diz que é bem  
216 diferente do que acontece em Canoas. Sônia pergunta se é só médico que pode ligar para o  
217 Telessaúde, e se algum usuário pode ligar. Ela diz que na ultima apresentação tinha odontologia,  
218 mas nesse não teve nada, ela pergunta se odontologia está incluindo nesse projeto. Erno responde  
219 que estão transformando esse novo protocolo do Ministério da Saúde em guia rápido para os  
220 médicos da atenção básica, está sendo construído junto com a equipe do HIV, e que quando estiver  
221 pronto estará a disposição dos profissionais em casos de pacientes com HIV, ele diz que ainda falta  
222 divulgação para que mais pessoas tenham conhecimento sobre o assunto. Ele diz que fazem um  
223 processo seletivo publico para escolher os profissionais, e muitos profissionais são ex alunos ou  
224 residentes da UFRGS e do Hospital de Clinicas, ele propõe uma visita do conselho, ou de alguma  
225 comissão. Ele diz que os odontólogos podem mandar suas duvidas para a plataforma de cadeia de  
226 saúde, ele diz que o telefone é só para médicos e profissionais. Nada mais havendo a tratar, Célia  
227 Chaves deu por encerrada a reunião, da qual eu, Juan Veiga Rodrigues lavrei a presente ata que,  
228 após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 21 de maio de 2015.

Célia Chaves  
Presidente do CES/RS

Claudio Augustin  
Vice Presidente do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes  
Coordenador do CES/RS

Ana Maria Valls Atz  
Coordenadora do CES/RS

Paulo Humberto Gomes da Silva  
Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro  
Coordenador do CES/RS

Jairo Francisco Tessari  
Coordenador do CES/RS

Aglaé Regina da Silva  
Coordenador do CES/RS